

MARCAS DO OFÍCIO: AS ETIQUETAS DE ENCADERNADORES DO SÉCULO XIX NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Resumo: O presente artigo traça um breve panorama da história de estabelecimentos comerciais livreiros no Brasil, com especial destaque para o Rio de Janeiro. Este estudo tem por objetivo identificar os encadernadores que existiram no Rio de Janeiro oitocentista. Procedeu-se a coleta de dados a partir das coleções sob a responsabilidade da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (BHCS) da Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ e da Seção de Obras Raras A. Overmeer / Biblioteca de Manguinhos (BibMang) / ICICT / FIOCRUZ. A coleta de dados nos permitiu identificar os seguintes encadernadores: Leuzinger, Laemmert e Lombaerts, bem como foi possível mapear suas áreas de localização, principais serviços oferecidos. Este estudo explorou apenas uma das fontes utilizadas pelos profissionais do século XIX para anunciarem seus serviços, o *Almanack Laemmert*. Muitos outros podem ser consultados para ajudar a identificar os oficiais da arte de encadernar os livros. Hoje, as raras etiquetas de encadernadores e oficinas de encadernação permitem o não apagamento dessa atividade, porém, o desafio maior é lançar luz às marcas que camuflam a atividade no rol dos serviços que ofereciam.

Palavras-chave: Encadernadores – Rio de Janeiro. Livrarias. Marcas de proveniência.

Ana Roberta de Souza Tartaglia
Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências da Saúde
FIOCRUZ
orcid 0000-0002-4374-5075
ana.tartaglia@fiocruz.br

MARKS OF THE TRADE: THE LABELS OF 19TH CENTURY BOOKBINDERS IN THE CITY OF RIO DE JANEIRO

Abstract: The present article traces a brief overview of the history of commercial booksellers in Brazil, with special emphasis on Rio de Janeiro. This study aims to identify the bookbinders that existed in 19th century Rio de Janeiro. Data was collected from the collections under the responsibility of the Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), the Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (BHCS) of the Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ and the Seção de Obras Raras A. Overmeer / Biblioteca de Manguinhos (BibMang) / ICICT / FIOCRUZ. Data collection allowed us to identify the following binders: Leuzinger, Laemmert, and Lombaerts, as well as it was possible to map their areas of location and main services offered. This study explored only one of the sources used by 19th century professionals to advertise their services, the *Almanack Laemmert*. Many others can be consulted to help identify the officers of the art of bookbinding. Today, the rare labels of bookbinders and bookbinding workshops allow the non-erasure of this activity, however, the greatest challenge is to shed light on the marks that hide the activity in the list of services they offered.

Keywords: Bookbinders – Rio de Janeiro. Bookshops. Provenance marks.

1 INTRODUÇÃO

Até o início do século XIX, a imprensa ainda não tinha entrado na vida do brasileiro de forma definitiva. Isto só veio a acontecer após a instalação da tipografia real com a chegada de D. João VI, em 1808, e efetivamente em alguns anos mais tarde, com a abertura comercial que possibilitou a instalação de outras oficinas tipográficas de particulares. Surgirá a partir daí, a necessidade de mão de obra para todos os ofícios relacionados de maneira íntima com os impressos.

Muitos dos novos estabelecimentos, que se fixaram na região central do Rio Antigo, agregavam várias possibilidades de serviços para o novo mundo das artes gráficas, como: tipografias, litografias, lojas de papel e oficinas de encadernação. Embora sejam atividades distintas - mas com certo parentesco - muitas vezes esses serviços eram combinados em um único espaço, frequentemente, batizados como livraria.

Nesta época, em que as atividades relacionadas ao livro se entrelaçavam, a sutil presença de encadernadores e oficinas de encadernação é detectável por entre as livrarias e tipografias, em etiquetas afixadas nos livros, em anúncios de jornais e almanaques, e pela presença do produto 'livro em branco'. Em uma época em que o registro de qualquer atividade comercial ou de negócios dependia diretamente desse aparato, o livro em branco era o veículo para o desenvolvimento pleno das atividades, uma livraria que indicasse a venda de livros em branco ou para 'escripturação' em sua etiqueta ou anúncio, possivelmente era responsável também por uma oficina de encadernação.

As etiquetas em papel, por sua versatilidade e pela facilidade crescente das técnicas de impressão, foram um tipo de marca de procedência muito utilizado entre as livrarias. Outros tipos foram carimbos seco ou úmido e as douraões em partes da capa, como lombada e seixas (Fig. 1).

Todos os exemplares que integram este estudo foram coletados durante atividades de diagnóstico de conservação ou estudos sobre encadernações de coleções, sob a responsabilidade da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), da Biblioteca de História das Ciências e da Saúde (BHCS) da Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ e da Seção de Obras Raras A. Overmeer / Biblioteca de Manguinhos (BibMang) / ICICT / FIOCRUZ.

Fig. 1 - Couro preto dourado com a indicação “Encadernado na Livraria de João Pereira da Silva & Filhos” aplicado na guarda, perto da seixa. Exemplar obtido na FCRB (ao alto). Douração da “Officina [de Encadernação] dos Surdos Mudos”, no pé da lombada. Exemplar obtido na BHCS.



Fonte: TARTAGLIA, 2009-2011 e 2017-2018.

Consta em Machado (2003) e em Moraes (1998), que a primeira loja a utilizar a etiqueta em livros, como forma de promover e anunciar seu trabalho, foi a do livreiro e encadernador baiano Antônio José Coimbra, no final de 1820 (Fig. 2).

Fig. 2 - Reprodução da etiqueta do encadernador e livreiro baiano, Antônio José Coimbra, considerada até o momento, a primeira do gênero no Brasil.



Fonte: MACHADO, 2003.

Possivelmente, este foi um hábito francês importado para o Brasil, através de seus empreendedores estrangeiros, e se foi assim, os irmãos Morange talvez possam ter sido os primeiros a incluírem esta prática no cotidiano:

Os Morange, com loja na Rua do Ouvidor a princípio e, mais tarde na Rua da Cadeia, eram encadernadores peritos. Executaram belíssimos trabalhos, nos quais colavam, como em Paris, uma elegante etiqueta da casa: 'Morange Irmãos Encadernadores Franceses. Rua de Cadeia, nº 43. Rio de Janeiro' Ou então 'Rua do Ouvidor, 69. Morange Irmãos Encadernadores. Armazém de Papel e de todos os Gêneros Anexos para Escritórios, Imprensa, Desenho e Pintura. Rio de Janeiro (MORAES, 1998, p. 76).

Hoje, por meio das marcas de procedência podemos acompanhar os locais em que os negócios estiveram estabelecidos, os estilos gráficos através das décadas, o avanço da tecnologia, a modernização do comércio e dos meios de comunicação e das práticas comerciais. Uma das grandes inovações do fim do século XIX foi a introdução do telephone, e a primeira firma a anunciar no *Almanack Laemmert* esta novidade foi Moreira, Maximino & C., no ano de 1882: "Comunicação telephonica nº 30." Aos poucos, outras firmas aderiram a esta inovação e ao telégrafo urbano como novos meios de comunicação. Mais tarde surgiu a caixa postal, o fax e, por fim, nestes tempos de internet, o endereço eletrônico.

As etiquetas afixadas em caixas e estojos tendem a desaparecer, mal o cliente chega em casa e se descarta a embalagem; já as coladas em livros têm praticamente a mesma vida do livro. Hoje, não encontramos etiquetas de sapatarias ou de lojas de presentes do século XIX, ou mesmo de há dois anos. No entanto, achamos milhares de etiquetas de livrarias, coladas em velhos livros, trazendo até nós um longínquo palpitar de vida na sua mensagem lançada há 100, 150, 180 anos (MACHADO, 2003, p.18).

Na década de 1860, a etiqueta já era usada pela maioria das livrarias da Corte. Os estilos variavam de tempos em tempos, mas apresentavam algumas características comuns, como simplicidade, cercaduras, impressão em papel comum, texto composto em preto, formato quase sempre retangular, uso de fontes tipográficas diversas e ausência de ilustrações.

Os formatos variavam tanto de acordo com os estilos adotados em cada época quanto ao gosto do dono: Agostinho de Freitas Guimarães, da Rua do Sabão nº 26 (ver Quadro 2), foi o primeiro livreiro a utilizar a expressão ‘mercador de livros’ em suas etiquetas, e gostava dos formatos alongados, como 6 cm x 2 cm. De uma maneira geral, os formatos eram retangulares e seu tamanho médio, entre 5 cm x 3 cm até 7 cm x 4 cm, porém, dentro desta uniformidade, havia os que se destacavam pela criatividade:

As etiquetas de Lombaerts foram das mais originais do Império: um livro aberto, em cujas folhas se liam os dizeres de propaganda ou um livro fechado com o nome e o endereço do estabelecimento, cercado pela indicação de suas atividades: encadernação, tipografia, litografia. Em geral, eram de pequenas dimensões, 2 cm x 2,5 cm, em várias cores (MACHADO, 2003, p. 30).

É possível encontrar algumas firmas que usavam o mesmo tipo de identidade visual, ou *layout*, durante anos, variando apenas a cor do fundo com versões coloridas e vistosas: amarela, azul, rosa, roxa, verde: as etiquetas da Livraria Clássica, de Nicolao A. Alves, Rua Gonçalves Dias nº 48, se encaixam neste perfil.

A Livraria Universal é um caso à parte: começaram a utilizar etiquetas em 1830, e durante toda sua existência, emitiram mais de 50 tipos, variando os dizeres, os formatos, as cores, utilizando papéis especiais e até metalizados (Fig. 3).

Fig. 3 - Algumas das etiquetas utilizadas pelos Laemmert ao longo de seu negócio, além de exemplos estéticos e gráficos, nos mostram a evolução da Livraria Universal. Todos os exemplares coletados na FCRB.



Fonte: TARTAGLIA, 2009-2011.

Dentre esses exemplares, algumas etiquetas se destacam pelo luxo, pela qualidade da impressão e apuro visual, e mais se assemelham a selos ou a pequenos cartazes. Alguns livreiros mandavam imprimir suas etiquetas em Paris, como se fossem requintados cartões de apresentação. Sinalizava um cuidado extra com o negócio, pois ainda havia distância entre a qualidade gráfica das etiquetas impressas na Europa e no Brasil.

Mais adiante, serão abordados alguns dos exemplos citados nessa introdução, porém, para buscar os indícios e pistas dos negócios voltados à encadernação no século XIX, é necessário delinear um breve cenário do que a cidade vivenciou naqueles tempos, para, a partir daí, tratar sobre nosso objeto que é a presença da atividade de encadernação na cidade do Rio de Janeiro e como ela se manifesta por meio das marcas de proveniência.

2 CENÁRIO OITOCENTISTA

Vem de bem antes de 1808, precisamente do Renascimento – época de reflexões e do desenvolvimento sem precedentes das artes e da arquitetura – a arte da impressão e da construção do livro tal como conhecemos hoje. A partir do aperfeiçoamento da técnica de

impressão por Gutenberg, em 1439, criando os tipos móveis em metal e colaborando definitivamente para o surgimento da imprensa, toda a estrutura do livro – incluindo a encadernação – precisou ser repensada.

Inicialmente, a concepção de página estabelecida pelo manuscrito foi mantida nos primeiros livros impressos, os incunábulos (c. 1455-1500), e o “aparecimento da tipografia não provocou nenhuma transformação súbita; os mesmos artesãos que já encadernavam os manuscritos adquiriram o hábito de vestir, e do mesmo modo, os livros impressos” (FEBVRE; MARTIN, 2017, p.183).

Um personagem que foi a um só tempo livreiro, editor e tipógrafo, Aldo Manuzio, estendeu suas inovações editoriais ao campo da encadernação equacionando questões problemáticas como o formato e peso dos livros, inventando o formato *in-octavo*¹ dentre outros arranjos:

As novidades mais importantes para o futuro do livro impresso, no que tange à encadernação, apresentam-se nesta ordem: a invenção da lombada reta; a substituição das capas de folha de madeira pelas de papelão; a implantação da pele de cabra fina e douração a quente, e as marcas nos cadernos do livro para ordená-los com rapidez e segurança no processo de agrupamento e costura (SATUÉ, 2000, p.132).

Tudo isso aconteceu e nós ainda não tínhamos sido ‘descobertos’ pelos portugueses. Em trezentos anos de colonização, poucos avanços e investimentos – principalmente culturais – foram notados no cotidiano dos brasileiros. Não fazia parte dos planos dos portugueses para a colônia, trazer o progresso ou urbanização a estes confins. A colônia era um meio de subsistência, de extrativismo; daqui tudo se retirava e pouco se acrescentava.

O que não quer dizer que nestes mais de 300 anos que separaram o Renascimento do nosso nascimento, não tenha havido livros no Brasil. Livros havia, o que não havia era como imprimi-los aqui. O prelo, ou tipografia, era terminantemente proibido na colônia, mas a venda de livros era possível, embora difícil:

Entre os séculos XVI e XVII, já circulavam livros nas principais cidades brasileiras, mas é quase certo a inexistência de pontos de venda especializados. Tais obras vinham de Portugal trazidas pelos colonos, por

¹ In-octavo ou in-8°- imposição que dá à folha 16 páginas de impressão. (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 403). A folha é dobrada três vezes, formando um caderno com oito folhas ou 16 páginas, com tamanho aproximado de 16,5 x 10,5 cm. (TARTAGLIA, 2018, p. 57 e 158).

encomenda ou adquiridas de marinheiros de navios estrangeiros, como ainda era comum no início do século XIX (MACHADO, 2008, p. 16-17).

Na verdade, naquele começo de século poucas pessoas possuíam livros; quem os tinha era por serem necessários em sua profissão: médicos, cirurgiões, padres, magistrados que possuíam livros para uso profissional e não para lazer. Era mais comum encontrar no comércio obras religiosas ou das ciências, como química, física ou história natural, do que os romances ou outro tipo de literatura.

O cenário do Rio de Janeiro de antes da abertura dos portos, em 1808, era de um povo tranquilo e com consumo limitado pela pouca oferta – todas as mercadorias e produtos que não eram produzidos aqui, vinham diretamente de Portugal (SENNÁ, 2006, p. 26). Assim também era com os livros, que tinham antes que superar as restrições impostas pelo Reino, pois tanto a edição, quanto o comércio de livros, eram controlados pela Real Mesa Censória, em Lisboa.

Os livros eram importados pelos livreiros existentes na colônia e sabe-se da existência de pelo menos três livreiros instalados na cidade, até antes de a imprensa chegar ao país: a loja da Gazeta, de propriedade de Paulo Martin Filho, na Rua da Quitanda; a de Manoel Jorge da Silva, na Rua do Rosário, e a de Francisco Luís Saturnino da Veiga, na Rua do Ouvidor (MACHADO, 2003, P. 19).

Havia motivos para a restrição da entrada de livros na colônia: conter as publicações com assuntos melindrosos à realeza ou incitantes à população. Na verdade, depois da euforia inicial com a criação da imprensa, se estabeleceu certo receio com relação à nova invenção “começaram a declinar quando os governos se deram conta do perigoso papel que a Imprensa poderia desempenhar na difusão, entre seus súditos, de ideias odiosas. Foi a Igreja a primeira a dar o alarme” (HALLEWELL, 2006, p. 77). Na tradição portuguesa, assim como em outros governos europeus, a religião tinha um longo braço no poder e uma mão de ferro: e como a Igreja poderia barrar as ideias sediciosas e imorais que poderiam nascer por aqui, se a imprensa fosse liberada e não controlada?

Ainda assim, houve tentativas de implantar a imprensa no Brasil anteriores a 1808. A primeira delas foi no período da dominação holandesa (1630-1655) no nordeste. Os holandeses queriam lançar mão deste poderoso instrumento para ajudar em sua administração. O que seria uma atitude normal de um povo já acostumado a esta tecnologia há quase 200 anos, se revelou uma tentativa frustrada:

Talvez fossem mais burocráticos, [...] para evitar o trabalho de copiar tanta coisa [...]. No entanto, tiveram dificuldades de encontrar um impressor que quisesse vir para cá. Quando acharam um, ele morreu ao chegar e logo após, os holandeses foram expulsos (1630-1655). (HALLEWELL, 2006, p. 77).

Outra tentativa, também no Recife, aparece descrita em Berger (1984):

A primeira notícia de um estabelecimento tipográfico no Brasil aparece no trabalho de Moreira de Azevedo – *Origem e desenvolvimento da Imprensa no Rio de Janeiro* (Rio, 1985), que menciona uma pequena oficina tipográfica, instalada no Recife, em princípios do século XVIII. Dedicara-se a imprimir letras de câmbio e orações devotas e foi fechada por Ordem Régia, de 08 de julho de 1706, mandando-se “sequestrar as letras impressas e notificar os donos dela [sic] e os oficiais da tipografia que não imprimissem livros, nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos.” (BERGER, 1984, p. V).

E outras tentativas, aconteceram no século XVIII: citada por Ipanema (2001, p. 386), Padre Serafim Leite afirmou ter no Colégio dos Padres da Companhia de Jesus, havido prelo para uso privado, apenas para fazer ‘alguns impressos na própria casa’, por volta de 1724.

Antônio Isidoro da Fonseca, que já possuía tipografia em Portugal, se tornou famoso por tentar estabelecer um prelo no Brasil colônia. Sua primeira publicação no Brasil foi em 1747: um folheto com 22 páginas, intitulado *Relação da entrada que Fez Excelentíssimo e, Reverendíssimo senhor D.F. Antonio do Desterro Malheyro [...]*. A corte em Lisboa ao saber deste impresso, baixou um decreto mandando fechar a tipografia, apreender todo o material e remeter tudo a Portugal junto com o dono. O decreto frisava que não era nem conveniente, nem útil, um impressor trabalhar aqui, onde tudo sairia mais caro – materiais e insumos – que no Reino.

Depois destes episódios, nenhuma outra tipografia existiu no Brasil, até a mudança da corte fazendo-se necessária a instalação do prelo trazido pelo Conde da Barca, para facilitar a publicação de atos oficiais. Em 13 de maio de 1808, no dia do aniversário de D. João VI, foi fundada a Impressão Régia, a tipografia oficial da Corte Real: “Fomos dos últimos americanos a usá-la [...] fomos mesmo dos derradeiros povos do universo a fruir o prodigioso invento” (RIZZINI, 1988, p. 309). Durante alguns anos, foi a única oficina tipográfica aqui permitida.

3 DEPOIS DE 1808

A Impressão Régia já surgiu com um passivo para dar conta e, apesar de comprar constantemente novos prelos, vivia com dificuldades em imprimir tudo que deveria: além de ter de publicar toda a documentação oficial do Reino, tinha que dar conta da impressão de obras contratadas, sobretudo daquelas que exaltavam e ajudavam a divulgar os ideais da própria monarquia. Como era a única tipografia permitida na Corte com seus ministérios e secretarias diversas, a demanda por impressão de documentos oficiais era imensa.

Era autorizada a realizar impressos para terceiros, mas estes acabavam em uma longa fila esperando sua vez. Às vezes, alguns da fila desistiam da espera e mandavam seu material para ser impresso na Bahia, na oficina de Manuel da Silva Serva, que foi autorizado por D. João VI, em 1811, a estabelecer sua tipografia com um perfil diferente da Impressão Régia: era um estabelecimento comercial sem autorização para publicar documentos oficiais.

A respeito de alguns autores apontarem a falta de qualidade dos trabalhos da Impressão Régia, outros destacam a excelente qualidade das edições, tanto as de luxo quanto as mais modestas; a média das impressões também era de alto nível. Algumas edições eram vendidas brochadas, ou seja, encadernadas em formato brochura, o que era uma forma de baratear a produção, conforme afirma Moraes (1998, p. 76.), “geralmente saiam cobertos com uma simples capa de papel cinzento ou azulado, papel barato, como se usava na Europa. O comprador é que os mandava encadernar por sua conta e gosto.” Porém, era possível encontrar encadernações muito bem executadas (Fig. 04), com apuro estético e materiais de qualidade, como este exemplo de encadernação brasonada², produzida já na época da Imprensa Nacional (1885-1940).

² Encadernação que apresenta em uma pasta [capa anterior e posterior] um brasão que pode pertencer ao possuidor do livro ou a outro personagem a quem ele é dedicado.

Fig. 4 - Encadernação plena em couro vermelho ornada com brasão da República, cercaduras douradas e gravação a seco, charneira verde e papéis de guarda fantasia texturizados. Exemplar coletado na FCRB.



Fonte: TARTAGLIA (2009-2011).

Muito já se falou da pequena produção que tinha a Impressão Régia; que com sua demanda constante de impressos oficiais não teria produzido nada de valor cultural, mas alguns autores afirmam que:

A Impressão Régia foi uma excelente editora: publicou dezenas de livros de real valor cultural, fez conhecer os poetas famosos, em moda em Portugal, imprimiu os versos dos nossos, lançou o romance e a novela no Brasil, resolveu o problema do livro didático para o ensino superior lançado no Rio de Janeiro e cumpriu sua missão principal quanto à legislação. Não há exagero em afirmar que somente na segunda metade do século XIX, quando Leuzinger e Laemmert estavam no auge, é que tivemos editoras comparáveis (CAMARGO; MORAES, 1993, p. XXX).

Com o passar dos anos, e dos governos, a Impressão Régia teve vários nomes: Impressão Régia: de 1808 a 1815; Régia Officina Typographica: de 1815 a 1818; Typographia Real: de 1818 a 1821; Imprensa Nacional: de 1821 a 1826; Typographia Nacional e Imperial: de 1826 a 1830; Typographia Nacional: de 1830 a 1885; Imprensa

Nacional: de 1885 a 1940 (Fig. 5); e Departamento de Imprensa Nacional: de 1940 até os dias de hoje, com sede em Brasília. (BERGER, 1984).

Fig. 5 - Alguns exemplos de etiquetas da oficina de encadernação da Imprensa Nacional, com variados estilos gráficos. Exemplares coletados na FCRB e na BibMang.



Fontes: TARTAGLIA (2009-2011) e SANTIAGO (BibMang, 2021).

E assim, o Brasil contou com apenas duas oficinas de impressão durante alguns anos – a Impressão Régia, no Rio, e a de Silva Serva, na Bahia – e foram as únicas que funcionaram até as vésperas da Independência.

A liberdade de imprensa foi decretada no Brasil, por D. Pedro I, em 28 de agosto de 1821, quando D. João VI retornou para Portugal. Os atrasos e altos valores cobrados pela Impressão Régia, além do grande número de trabalhos na fila, facilitaram a instalação e progresso de novas tipografias. Com a liberdade de imprensa, a cultura gráfica e os ofícios relacionados ao livro e ao seu comércio, se estabeleceram de forma rápida.

Livreiros, tipógrafos e encadernadores europeus, sobretudo os franceses, vieram estabelecer seus negócios ou abrir aqui suas filiais. No Rio de Janeiro, já em 1821 e em 1822, surgem as duas primeiras tipografias particulares: a *Nova Officina Typographica* e a *Typographia de Moreira e Garcez*.³

Com o tempo, toda essa movimentação se transformou e continuou evoluindo até constituir em indústria que envolvia vários segmentos e que se traduziram em excelência na produção do século XIX, apesar do desenrolar ter se dado em um período de menos de 100 anos, contra os mais de trezentos anos da imprensa européia.

O surgimento de uma indústria gráfica desponta entre 1840 e 1850, e o livro passa a ser visto como mercadoria,

³ Tanto a *Nova Officina Typographica*, quanto a *Typographia de Moreira e Garcez*, tiveram o mesmo fundador, José Cristo Moreira; sendo que a segunda, teve como sócio Antônio Joaquim da Silva Garcez. (IPANEMA, 1968 apud BERGER, 1984, p. X).

Na verdade, a própria criação do mercado de livros para leigos, foi obra dos tipógrafos da época, ansiosos por aumentar a demanda [...] para o novo produto, quando se deram conta de que apenas a clientela de clérigos era limitada. (HALLEWELL, 2006, p.77).

Para além dos clérigos, também as pessoas que dependiam do livro em seu cotidiano e em seu trabalho, o livro passou a ser uma mercadoria para o lazer e para enriquecer o conhecimento geral. Este novo foco, fez com que, na virada do século XIX para o século XX, começassem a ocorrer mudanças na confecção e construção do livro influenciando diretamente na qualidade final das encadernações:

A imagem do volume luxuosamente decorado e reservado somente às elites abastadas e ao saber erudito, perdeu gradualmente espaço para as brochuras feitas a baixos custos, interessadas em fornecer aos leitores informação rápida, entretenimento e diversão. Para facilitar a leitura, imagens e detalhes gráficos tornavam-se itens imprescindíveis (EL FAR, 2006, p. 8).

As brochuras, que aos poucos foram substituindo os livros cartonados ou de capa dura, e estão hoje completamente estabelecidas em nosso cotidiano, são exemplos de um tipo de encadernação construída inicialmente para a viabilização e barateamento do processo industrial. O que antes era um produto pré-encadernação, que se adquiria para posteriormente mandá-lo a uma oficina de encadernação para a aplicação da capa dura ao gosto do cliente, se tornou a apresentação normal dos livros (HALLEWELL, 2006). Porém, com as evoluções tecnológicas na área de impressão, de papel e de costura industrial, as brochuras foram se estabelecendo e permanecendo nas coleções em suas formas originais.

4 NEGÓCIOS DO LIVRO NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

A chegada da imprensa no Brasil foi tardia, mas em um século as novidades foram sendo incorporadas com certa velocidade, criando uma grande mola mestra dos negócios com livros no Brasil. Livreiros, tipógrafos e editores tiveram um papel fundamental na ampliação e divulgação dos impressos, fossem eles livros eruditos, livros escolares ou almanaques. (BESSONE, 2011, p. 52).

Fossem os livros o que fossem, é fato que todos precisavam de encadernação, porém, a atividade da encadernação raramente aparecia entre as grandes atividades responsáveis pelo

impulsionamento do negócio livreiro no país. Seja por um entendimento tácito entre as partes envolvidas de que a atividade da encadernação era tão natural ao processo editorial que já não se distinguiu como algo à parte, figurando no rol das atividades de grandes editores/livreiros/livrarias. Ou ainda, por um olhar próprio sobre si por parte dos encadernadores, identificando-se menos como classe e mais como agentes na cadeia de produção,

[...] a especificidade de um conjunto de operações que se realiza inteiramente à margem da produção industrial, no retiro íntimo de artesãos, espécie de recinto escondido de alquimistas, de cuja distância são a um só tempo admirados, invejados e ignorados pela maioria dos consumidores de livros (SATUÉ, 2000, p. 131-132).

Levando em conta o tamanho da cidade e da população no começo do século XIX, não causa espanto constatar que o comércio era algo totalmente diverso do que conhecemos hoje em dia, não havia especialização – em que cada estabelecimento comercial vendia apenas uma linha de produtos. Em um armarinho ou em uma quitanda, era possível encontrar materiais e produtos variados que iam de tecidos a água de colônia e de legumes a louças, e era possível até mesmo encontrar livros nestes estabelecimentos. Pode-se dizer o mesmo das livrarias, que eram um misto de armarinho e tudo o mais.

Mas talvez, o termo ‘livraria’ ainda não seja o mais adequado para se aplicar, não neste momento; ele só ganhará amplitude em meados do século. O mais apropriado seria denominar estes comerciantes por ‘livreiros’ ou ‘mercadores de livros’, pois, assim, estarão incluídos todos os que trabalhavam com livros.

Segundo Machado (2008), no final do século XVIII, havia pelo menos quatro ‘oficinas de livreiros’ na cidade. Já que o termo livreiro podia designar tanto os que comercializavam livros, quanto encadernadores ou qualquer outra atividade ligada ao livro, é bem possível que se tratasse de encadernadores:

Seria um comércio medíocre e restrito a livros usados, efetuado em empórios ou em lojas de encadernação, cuja existência, entre nós, precedeu a das livrarias. Nada mais natural que alguém desejando se desfazer de um livro, deixasse aos cuidados de um encadernador. A afinidade do negócio facilitaria a venda da obra. (MACHADO, 2008, p. 16-17).

Embora esta afirmação possa contradizer o pensamento comum de que primeiro existiram as livrarias e depois os encadernadores, não é unânime entre os estudiosos. Moraes (1998, p. 76) acreditava que "quando a Imprensa Régia foi fundada, em 1808, e o Brasil passou a produzir livros, apareceram os encadernadores". Seja como for, os primeiros encadernadores do Rio de Janeiro teriam sido os franceses e sua oficina livreira estava ligada ao comércio de papelaria e miudezas, além dos livros:

Creio não me enganar, pensando que os primeiros encadernadores do Rio de Janeiro foram os franceses. O negócio de encadernação era, muitas vezes, apenas um ramo de comércio. Era, geralmente, ligado ao negócio de papelaria, livraria e miudezas. Esses franceses da Rua do Ouvidor vendiam um pouco de tudo. Desde o princípio do século XIX estava estabelecido na Rua do Ouvidor, um francês ou suíço, Monsieur Bouvier com negócio de papelaria e encadernação (MORAES, 1998, p. 76).

No final do século XVIII, o comércio de livros se intensificou com o estabelecimento de livreiros portugueses na cidade interessados nas promissoras possibilidades da colônia (MACHADO, 2008). Paul Martin Filho, Manuel Jorge da Silva e Saturnino da Veiga são livreiros citados como os primeiros a estabelecerem negócios na cidade, porém, Machado (2008) aponta que Antônio Máximo dos Santos teria sido o primeiro livreiro, já que em 1775 solicitou ao governo português licença para importar cerca de vinte obras.

Apesar de só haver mudança no comércio em geral quando da chegada de D. João VI, e da instalação da imprensa, as oficinas de livreiros só se tornariam livrarias de verdade, ou seja, um lugar onde predominantemente se vendia livros, a partir da década de 1840. Contudo, do início do século XIX até sua metade, a venda de livros era uma atividade difícil de se manter, pois as vendas nem sempre eram rápidas e o capital investido era lentamente recuperado, por isso era comum ainda existirem estabelecimentos mistos:

[...] para preservar o seu negócio, os livreiros eram obrigados a trabalhar com os mais diversos produtos: artigos de papelaria, chá, fumo, louça. A etiqueta da firma F.J. Abranches, instalada no Rio de Janeiro, nos bons e tranquilos anos de 1850, indica que a loja vendia livros usados, mas funcionava também como 'oficina de consertar objetos de louça' (MACHADO, 2003, p. 13).

Entre 1850 e 1860, de todos os livreiros existentes na cidade, somente Paula Brito, Luiz Ernesto Martin – filho de Paulo Martin Filho –, e João Pedro da Veiga, eram brasileiros

de nascença. Todos os demais eram estrangeiros, sobretudo, portugueses e franceses (MACHADO, 2003, p. 26).

[...] é inestimável a colaboração destes estrangeiros na história de nossas livrarias. Em todo o século XIX, até os anos 20 do século seguinte, as livrarias fundadas por imigrantes europeus talvez superem, em número, as casas fundadas por brasileiros. Talvez. Mas uma coisa é certa: as mais importantes foram fundadas por franceses, alemães e portugueses. (MACHADO, 2008, p.18).

Os franceses dominavam o comércio de livros nos pontos mais elegantes da cidade e a Rua do Ouvidor era seu território. As casas francesas tornaram-se espaços de convivência e de cordialidade, possuíam vitrines, uma novidade na época, para exposição dos seus produtos. Já os portugueses, se instalaram em ruas de comércio popular como a Rua dos Latoeiros⁴ ou a Rua do Sabão⁵, com movimento garantido.

Alguns estrangeiros abasileiravam o nome para melhor se integrarem com a sociedade local e facilitar as relações cotidianas do comércio. Assim, os alemães Eduard e Heinrich Laemmert, se tornaram Eduardo e Henrique e o francês Baptista Louis Garnier, Batista Luís Garnier. Era uma forma simpática de abraçar a nova pátria.

5 LIVRARIAS, LIVREIROS, ENCADERNADORES E OFICINAS DE ENCADERNAÇÃO

Nem todos os livreiros especificavam em seus anúncios ou em suas marcas de proveniência a existência de tipografias anexas às livrarias. Muitas das vezes, o negócio reunia tipografia, encadernação, livraria e papelaria, como a Imperial Typographia Dous de Dezembro (1850-1857), de Paula Brito, mas nos anúncios utilizava apenas um dos negócios como carro-chefe.

Outras vezes, o negócio vendia edições próprias, mas que não eram nem impressas e nem encadernadas em suas instalações utilizando para isso, ora mão de obra local ora mão de obra do exterior, como as da Livraria Garnier (1844-1934). Porém, a maioria das grandes livrarias cariocas do século XIX possuía uma tipografia. Se não imprimiam edições de livros

⁴ Mudou de nome para Rua Gonçalves Dias, em 9/2/1865, e permanece até os dias atuais (BERGER, 1974, p. 63 e 75).

⁵ Mudou de nome para Rua General Câmara, em 18/03/1870, sendo extinta por ocasião da construção da Avenida Presidente Vargas, na década de 1930 (BERGER, 1974, p. 61 e 119).

próprias, faziam serviços de impressão de documentos oficiais, formulários, ‘pautação e riscação’ de papéis para escrituração.

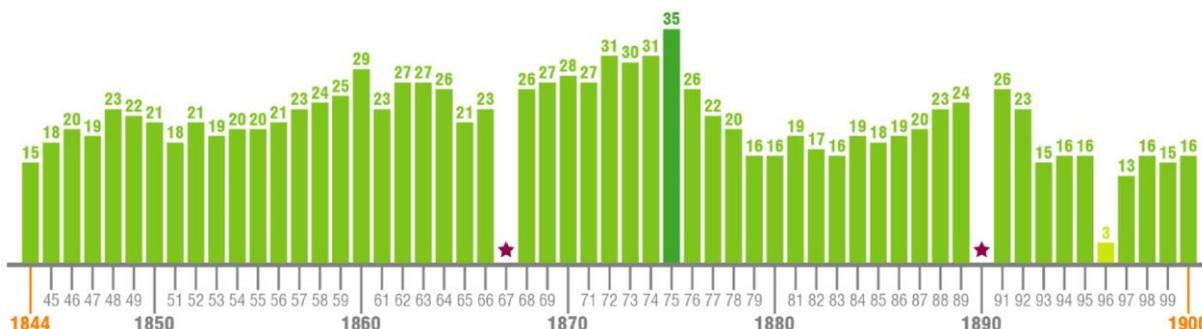
Assim como nem todo estabelecimento especificava possuir tipografia, o mesmo acontecia com as oficinas de encadernação. Embora muitas firmas fizessem propaganda sobre a amplitude de seus negócios, em algumas só é possível deduzir que existia oficina de encadernação própria quando em anúncios ou etiquetas vemos escrito ‘venda de livros em branco’ ou de ‘livros para escrituração’.

Uma vez que nem sempre foi possível detectar a atividade da encadernação por meio das marcas de proveniência, foi necessário recorrer a uma das fontes mais utilizadas para anúncios de produtos e serviços do século XIX, o *Almanack Laemmert*.

O *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, ou simplesmente, o *Almanack Laemmert*, foi uma publicação muito ao gosto dos editores oitocentistas, que juntamente com as folhinhas e os periódicos, faziam um grande sucesso. O anuário aumentava mais a cada ano, e algumas edições chegaram a ter mais de duas mil páginas, com anunciantes de todas as atividades do comércio e de serviços.

O *Almanack* foi a fonte escolhida para o levantamento dos profissionais encadernadores para este estudo. O período consultado foi entre 1844-1900, resultando em uma lista de 209 profissionais. A média de anúncios anual (Gráfico 1) era de 23 encadernadores, porém, em meados da década de 1870 se eleva, chegando a ter 35 anunciantes em 1875. Alguns anunciantes podem ser encontrados em outras seções de uma mesma edição marcando presença como livrarias, tipografias, lojas de papelaria, mercadores de papel, negociantes de livros etc.

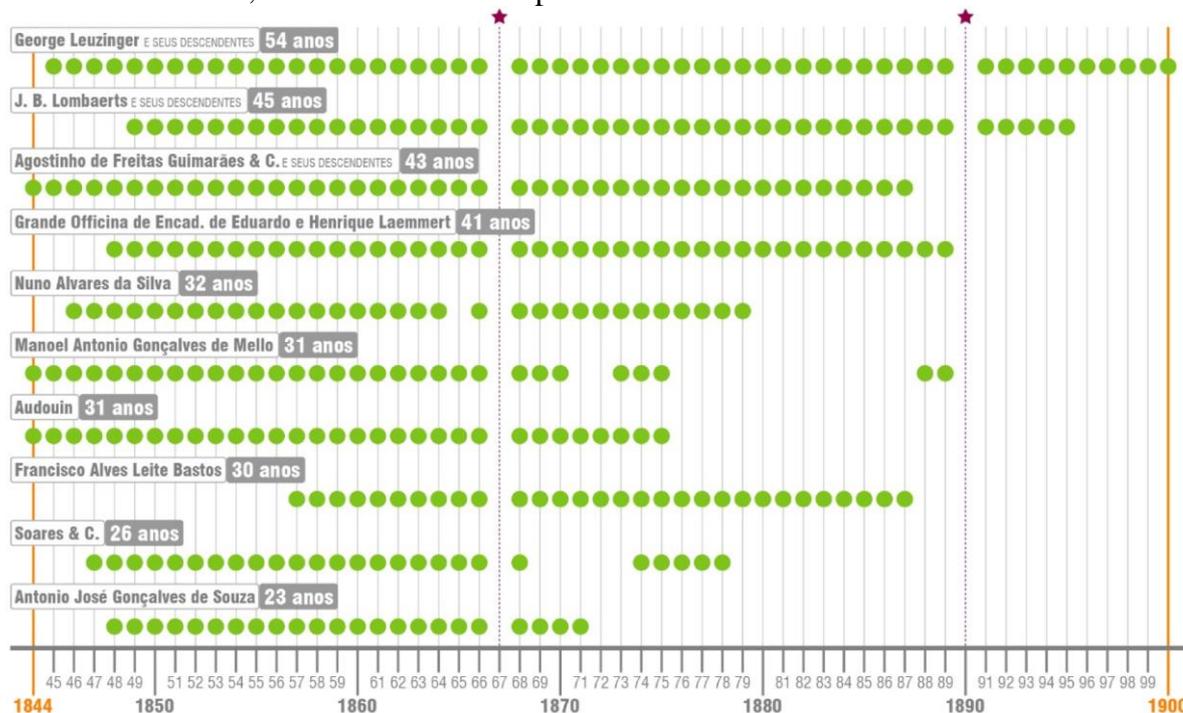
Gráfico 1- Indicação de número de anunciantes por ano, somando 1.174 anúncios ao longo dos 57 anos pesquisados (1844-1900). Entre 1868 e 1875, nota-se o aumento do número de encadernadores anunciantes. Os anos com estrelas 1867 e 1890, não tinham dados disponíveis no momento da consulta.



Fontes: TARTAGLIA, (2021); Gráfico por Octávio Augusto, 2021.

Dentre os anunciantes mais assíduos da seção Encadernadores estão três dos grandes negociantes de livros do período: Leuzinger, Laemmert e Lombaerts (Gráfico 2).

Gráfico 2: Os anunciantes mais assíduos na seção Encadernadores do Almanack. Os anos com estrelas 1867 e 1890, não tinham dados disponíveis no momento da consulta.



Fontes: TARTAGLIA (2021).

Ao selecionar e analisar os anunciantes mais constantes do periódico, foi possível identificar três prováveis motivos para a pouca incidência de etiquetas de encadernadores em livros do período: o primeiro é que encadernadores e pequenas oficinas de encadernação estavam constantemente mudando de lugar em uma cidade em crescimento. Com a expansão da cidade, endereços antes esquecidos e marginais passaram a ser interessantes, como as ruas do Centro, onde inicialmente esse tipo de negócio costumava se estabelecer, que passaram a ser cada vez mais cobiçadas pelas grandes lojas de moda, confeitarias etc.

Segundo motivo, é que por conta dos processos que se davam no comércio e na política, estas mesmas ruas sofriam constantes renomeações para homenagear figuras importantes da administração pública ou fatos comemorativos do Império e da República. Ou foram ainda, remodeladas, renumeradas e até mesmo extintas.

E por último, há a questão das sociedades formadas entre esses profissionais, que com frequência eram feitas e desfeitas rapidamente. Havia também troca de nome do negócio como é o caso de Audouin (1844-1875/anunciante por 30 anos) que aparece no mesmo endereço, Rua do Ouvidor, porém, com numerações diferentes – 120, 122, 143, 157 – indicando que a rua pode ter sido renumerada ao longo dos anos. Em 1852, acrescenta a seu nome, "Ao Livro Verde"; em 1871, a firma passa a se chamar "Audouin & C.". Em 1874, aparece como "Carlos Audouin & C."

No Quadro 2, temos exemplos tanto de encadernadores que permaneceram longos anos em seus endereços, como Antonio José Gonçalves de Souza (1848-1871/ anunciante por 22 anos) instalado na Rua do Ouvidor nº 169, único endereço anunciado ao longo dos anos, quanto de profissionais que mudavam constantemente, como Nuno Alvares da Silva (1846-1864 e 1866-1879/ anunciante por 32 anos) que teve oito endereços ao longo do tempo: Rua D'Ajuda nº 23; Rua da Quitanda nº 27; Rua do Cano⁶ nº 24; Rua dos Latoeiros nº 59; Rua do Parto⁷ nº 109; Rua do Parto nº 95; Rua de Santo Antônio⁸ nº 5; Rua de Santo Antônio nº 3.

Esses fatores podem ter levado os profissionais que eram dedicados somente à encadernação a preferirem anunciar seus serviços em revistas e almanaques, do que embutir em suas criações etiquetas que poderiam ficar rapidamente obsoletas pelas mudanças nos negócios, endereços e sociedades.

⁶ Foi rebatizada Rua Sete de Setembro, em 14/2/1857, em homenagem à data da Independência do Brasil (7/9/1822) proclamada por D. Pedro I (BERGER, 1974, p. 33 e 131).

⁷ A rua teve essa denominação até 1850, quando foi incorporada à Rua São José (BERGER, 1974, p. 99 e 126).

⁸ Antigo trecho final da Rua São José, finalmente incorporada a esta em 13/8/1928 (BERGER, 1974, p. 123).

Coincide que os anunciantes mais constantes do *Almanack* foram os que tiveram mais marcas de proveniência encontradas desde iniciada a pesquisa em 2009. Essas marcas são sobretudo etiquetas em papel afixadas nas guardas, que carregam variadas visualidades impregnadas de seu tempo. Para entender suas manifestações e por quê se apresentam em suas formas, é necessário relatar brevemente as trajetórias desses homens de negócios do livro.

5.1 Leuzinger

O suíço Georg Leuzinger, chegou ao Rio em 1832 e, em julho de 1840, adquiriu a mais antiga papelaria da cidade, Ao Livro Vermelho (ou Ao Livro Encarnado, como consta em algumas etiquetas), de Jean Charles Bouvier, estabelecida na Rua do Ouvidor nº 36. Constava este estabelecimento de uma papelaria, que era administrada pela senhora Bouvier, e de uma pequena oficina de encadernação para obras impressas e álbuns, dirigida pelo proprietário (SENN, 2006, p. 103).

A papelaria foi por cerca de 30 anos, o principal negócio de Leuzinger que, em 1875, ainda descrevia seu estabelecimento como ‘loja de papel’. Na década de 1840, os comerciantes, principalmente os estrangeiros e as repartições públicas, importavam seus livros de escrituração, pois havia escassez deste produto no mercado nacional. Leuzinger montou uma oficina para preencher esta lacuna, importando da Europa as primeiras máquinas para riscar, criando uma oficina de pautação e riscação, ou de pautão e riscão, como também se falava na época (BERGER, 1974).

[...] uma papelaria envolvia livros de escrituração mercantil, o que o levou a fazer encadernações e transformar sua firma, nos últimos anos do século, na mais importante encadernadora do Brasil, produzindo trabalhos de padrão superior aos melhores europeus e garantindo, assim, contratos regulares para encadernar as próprias publicações do governo nacional (HALLEWELL, 2006, p. 230).

Em 1852, adquiriu a Typographia Franceza, fundada em 1837, por Jean Soleil Saint-Amand; sob sua direção, tornou-se uma das tipografias mais bem equipadas do país, desempenhando importante papel no progresso da impressão no Brasil. Passou por constantes

modernizações, com a importação de equipamentos modernos da Alemanha e dos Estados Unidos e com o recrutamento de artesãos qualificados.

Os trabalhos de Leuzinger são notáveis, sobretudo as encadernações feitas para particulares. Não se fazia melhor na Europa. Não é de admirar, pois todo o material era importado e os oficiais eram estrangeiros. De nacional havia o quê? Talvez a costura feita por algum moleque aprendiz. O fato é que na oficina de Leuzinger formavam-se excelentes oficiais nacionais. Muitos foram abrir oficinas nas províncias e espalharam a arte pelo Brasil (MORAES, 1998, p. 77).

Além da oficina de encadernação, instalou uma grande oficina de gravuras, que foi extinta em 1850, e outra de estamperia, que funcionou até 1864, porém, graças a estas, se atribui a Leuzinger a introdução dos cartões postais ilustrados no Brasil. Ele também foi o responsável pelas 54 xilogravuras que ilustram o livro *Jorney in Brazil* (1868), de seu conterrâneo, o cientista viajante Louis Agassiz e de sua esposa norte americana, Elizabeth Carey (HALLEWELL, 2006, p. 230). Em 1865, montou um ateliê fotográfico com todos os aparelhos necessários às viagens ao interior do Brasil; desta maneira muitos dos registros da natureza da cidade do Rio, bem como de Teresópolis e Petrópolis, foram feitos por seu estúdio. Novamente, trabalhou em conjunto com o cientista Agassiz onde além realizar o registro fotográfico em várias expedições científicas, com amostras da fauna, flora, de paisagens, aldeamentos, silvícolas, instrumentos e armas, havia a elaboração e impressão de mapas. No acervo da Biblioteca Nacional, é possível encontrar mapas de várias dimensões, como também álbuns com as fotografias efetuadas no estúdio de Leuzinger.

Com o crescimento dos negócios, alugou o prédio da Rua do Ouvidor nº 33, em 1867, e mais tarde o nº 31, para onde transferiu a papelaria, ficando no antigo prédio somente as oficinas. Em 1873, expandiu novamente para um prédio com três pavimentos, na Rua Sete de Setembro nº 35 e para o segundo andar do nº 37, da mesma rua. Para lá transferiu suas oficinas de pautaço, encadernação, douração, fabrico de livros para escrituração (SENN, 2006), deixando a livraria no endereço da Rua do Ouvidor. Neste mesmo ano, funda a G. Leuzinger & Filhos (Fig. 6), que perdura até 1892, quando falece George Leuzinger. Sua viúva e filhos, rebatizam a firma para Leuzinger Irmãos & C, sociedade que existiu até 1898, quando faleceu a viúva Leuzinger.

A firma teve outros endereços após a morte do patriarca; sabe-se as oficinas que estavam estabelecidas, desde 1895, na Praça Tiradentes, nº 77 e 79, quando em 1897 houve um grande incêndio:

Nesse horroroso sinistro, todo o material e maquinismos novíssimos, bem como um grande depósito de mercadorias pertencentes ao negócio e oficinas foi destruído por completo, sofrendo o estabelecimento grandes prejuízos, decorrentes não só da paralisação dos trabalhos, como no custo das mercadorias, além disso, todo o arquivo do estabelecimento desde a sua fundação em 1840 (SENNÁ, 2006, p.117-118).

Existem registros da firma até idos de 1910, como Leuzinger & C, porém, até o momento, não foram encontrados dados sobre o encerramento de suas atividades ou venda para outro dono.

Seus anúncios na seção de encadernadores no *Almanack* figuram de 1845 a 1895, com interrupção no ano de 1896, retomando em 1897 e prosseguindo até 1900, data limite dessa pesquisa. Anunciou no ano 1852 acrescentando a seu nome a informação: “*Encadernação, obra sólida e verdadeira*”, e permanece anunciando o mesmo conteúdo até 1862, quando substitui por: “*obra sólida e verdadeira, principalmente montado para o fabrico de livros de escripturação mercantil e estações públicas*”. Em 1884, acrescenta ao anúncio “*o Telephone, nº 37*”.

Fig. 6 - Alguns exemplos de etiquetas de Leuzinger, com variados estilos gráficos e apenas um citando a ‘Encadernação’; as etiquetas em papel rosa podem ser do século XX, por seu estilo e composição tipográfica. Exemplos coletados na FCRB.



Fonte: TARTAGLIA, 2009-2011.

5.2 Laemmert

Apesar de se chamar Livraria Universal, todos só se referiam a ela como Livraria Laemmert. O início desta, que foi uma das principais casas editoras brasileiras e uma das maiores do ramo, aconteceu em 1827, quando Bossange & Aillaud abriram uma filial no Rio de Janeiro e a puseram sob responsabilidade de Eduard Laemmert, então com 21 anos (HALLEWELL, 2006, p. 233). Em 1833, quando o contrato da sociedade expirou, decidiu ficar no Brasil; usando suas economias iniciou o próprio negócio, a Livraria Universal, na Rua da Quitanda nº 77: “[...] era uma lojinha requintada, onde se vendiam também artigos importados da França, como águas minerais, chocolates e pastilhas. Laemmert procurava atrair os endinheirados.” (MACHADO, 2008, p. 37).

Em 1835, seu irmão Heinrich veio para o Brasil, apesar de terem começado a trabalhar juntos somente em 1838, formando a sociedade E. & H. Laemmert, ‘mercadores de livros e de música’ entre outros itens. Com o sucesso da livraria, aos poucos deixaram de comercializar músicas, mas continuaram com águas e pastilhas.

No ano de 1839, iniciaram a publicação anual de a *Folhinha*, uma espécie de guia de bolso com variedades e uma dose de escritos literários, produzidos pelo próprio Eduardo. Cinco anos adiante, em 1844, começaram a publicar o *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro*, o mais completo guia comercial da cidade: primeiramente atendia apenas à cidade do Rio de Janeiro, mas com o seu sucesso, passou a abranger informações sobre todo o império e a publicar anúncios de várias partes do país.

Em 1869, a oficina tipográfica operava com cerca de 120 empregados: cinco leitores de provas, cinco com estereotipia e clichéria, quatro na administração e almoxarifado, quarenta e dois compositores de tipos, dez impressores e cinquenta e dois encadernadores, que “produziam por mês de quatro a cinco mil livros encadernados e de treze a quatorze mil brochuras”. (MACHADO, 2008, p. 235-236). Os irmãos aceitavam funcionários brasileiros, ao contrário da Garnier, onde até certa época só trabalhavam franceses (MACHADO, 2008).

O volume de trabalho era garantido pela publicação do *Almanack* e a impressão em oficina própria garantia a qualidade e revisão até o fim. Havia ainda publicação de vários gêneros literários, traduções de obras francesas e alemãs, bem como de livros didáticos. A

gráfica tornou-se a mais importante do país, tendo as instalações visitadas pelo imperador D. Pedro II, no ano de 1862.

Após o falecimento de Eduardo, em 1880, Henrique Laemmert anuncia como H. Laemmert & C, até seu falecimento quatro anos depois de seu irmão. A firma foi comprada e repassada a outros donos através dos anos. A Livraria Laemmert terminou de forma trágica: “em 1909, um incêndio devastou as suas instalações, salvando-se apenas alguns volumes. Nunca mais reabriu as portas” (MACHADO, 2008, p. 37-38). Com o fim da livraria, os direitos da publicação de livros passaram a Francisco Alves.

Sempre anunciavam *Grande Officina de Encadernação de Eduardo e Henrique Laemmert*, figurando na seção de encadernadores de 1848 a 1891, com exceção dos anos de 1867 e 1890 que, por não estarem disponíveis para consulta *online*, foi impossível verificar os anúncios remotamente.

Em 1848, os irmãos publicam seu primeiro anúncio na seção de encadernadores, destacando que sua oficina era “*Dirigida por Carlos Haring, mui vantajosamente conhecido nesta côrte pelas suas superiores encadernações sem igual em riqueza, elegância e delicadeza, para mimos e presentes. Dirijão-se à officina, ou à rua da Quitanda, 77.*” Carlos Haring esteve estabelecido entre 1846 e 1847, na Rua do Hospício⁹ nº 15. Entre os anos de 1844 e 1846, teve sociedade com Berthe, na Rua do Ouvidor nº 123. Era cunhado dos irmãos Laemmert, e em 1848, foi dirigir suas oficinas de encadernação e tipografia. Foi supervisor do *Almanack Laemmert*, de 1857 a 1871, ano de sua morte.

A partir de 1881, anuncia apenas “H. Laemmert & C.”. No ano de 1884, incluindo o “*Telephone, nº 371*” e o “*Telégrafo urbano, nº 188*”, como novas formas de comunicação. Continua presente até 1891, quando entra em cena a Companhia Typographica do Brazil, como “Antiga Typographia Laemmert” e prossegue anunciando pelo menos até 1900.

Várias das etiquetas produzidas pelos Irmãos Laemmert podem ser observadas na página 4 (Fig. 3).

⁹ A rua teve diversos nomes, mas se chamou Rua do Hospício em duas ocasiões, entre 1850-1888 e 1892-1915. Foi renomeada Rua Buenos Aires, em 13.11.1915 e permanece até os dias atuais (BERGER, 1974, p. 29 e 67).

5.3 Lombaerts

Considerada por alguns autores como uma das marcas mais importantes e influentes do século XIX, por seu conjunto de livraria, tipografia e encadernadora, a Ao Missal, de Lombaerts é sempre citada pela riqueza de suas encadernações, e por ser a preferida do Imperador D. Pedro II. Jean-Baptiste Lombaerts, um tipógrafo belga que emigrou para o Rio de Janeiro, tão logo desembarcou em 1848, inaugurou sua Tipografia e Livraria Lombaerts, na Rua dos Ourives¹⁰ nº 7 (Fig.7), próximo à da Rua do Ouvidor.

Em pouco tempo, a tipografia foi reconhecida como a melhor da cidade, a mais procurada para trabalhos refinados. Oferecia também serviços de litografia e era uma encadernadora primorosa, a preferida de D. Pedro II. Uma boa parte da biblioteca imperial foi encadernada em Ao Missal Lombaerts (nome específico da encadernadora). A livraria era luxuosa, freqüentada por uma clientela endinheirada e sofisticada [...]. A casa vendia ainda jornais e revistas de todo o mundo e recebia sempre as últimas novidades em livros franceses. Aceitava pedidos de publicações de qualquer país europeu. [...]. Com a morte do fundador, em 1875, o negócio passou a ser administrado por seu filho, Henri Gustave. Muito querido pelos escritores, Henrique (como todos o chamavam) faleceu prematuramente, em 1897, aos 52 anos. A livraria passou às mãos de uma nova administração, inexperiente no ramo, que manteve a razão social, mas aos poucos foi perdendo prestígio, até fechar as portas, em 1904. (MACHADO, 2008, p.53-54).

Era uma das livrarias mais frequentadas da cidade, e em seus anúncios orgulhava-se de sua condição de ‘ENCADERNADORES DE SS.MM.II’, como alardeavam no *Almanack*, em caixa alta. Apesar da afirmação de que teria funcionado “desde 1848 até 1904, época em que a loja foi demolida para dar lugar à nova Avenida Central” (HALLEWELL, 2006, p. 229), os anúncios na seção de encadernadores no almanaque figuram de 1849 a 1895, sem contar o ano de 1890, que estava indisponível para consulta *online*.

Seguindo os anúncios da mesma seção é possível acompanhar as modificações de endereços e associações do livreiro: de 1849 a 1852, seu endereço era Rua da Quitanda nº 68. Entre 1850 e 1852, foi sócio de Carlos Moll seus anúncios eram: “Lombaerts & Moll, Ao Grande Livro Inglez”, em estabelecimento na Rua da Quitanda nº 52.

¹⁰ A rua teve trecho extinto por ocasião da construção da Avenida Presidente Vargas, na década de 1930. As partes restantes foram renomeadas Rua Miguel Couto, em 30/4/1936, e Rua Rodrigo Silva (GERSON, 1954, p.86-89).

De 1853 a 1874, esteve na Rua dos Ourives nº 17, e de 1875 a 1877, na mesma rua, nº 7, porém, isto tanto pode indicar a mudança de numeração da rua quanto uma mudança efetiva de lugar. Em 1856, anunciou: “Ao Missal, Lombaerts & Chauvet. Rua dos Ourives, 17; Loja de papel e objetos de escriptorio e de desenho; officina de encadernações ricas e ordinárias, albuns, pastas, livros de commercio etc.” e “ENCADERNAÇÃO DE MÚSICA. Com perfeição e brevidade. Encarregão-se de qualquer trabalho feito com bordados, como sejam carteiras, charuteiras, bolsas (portemonnaie), porta-relogios, caixinhas e tudo que pertence à sua arte e que depende de delicadeza e bom gosto.”

Em 1875, passa a anunciar como Lombaerts & Filho e, de 1878 a 1889, apresentava dois endereços: Rua dos Ourives nº 7 e Rua da Assembleia nº 76. Em 1884, anunciava o telefone o “Teleph, no 204”.

Em 1891, passa a anunciar como H. Lombaerts (ex J. B. Lombaerts e Lombaerts & Filho) e ainda permanece nos endereços da Ourives e Assembléia. Henri Gustave, conserva o velho hábito do pai de citar em todo anúncio: “duas medalhas em exposição internacional”, e “Encadernadores da Academia das Bellas Artes”. Ainda em 1891, anuncia sociedade com o fotógrafo Marc Ferrez: “Lombaerts, Marc Ferrez & C.”, adiciona mais um endereço na Rua São José nº 88 e promove liquidação. Em 1892, já não cita mais a liquidação nem o novo sócio, mas permanecem as medalhas.

Os anúncios seguem até o ano de 1895, e Henri Gustave morre em 1897, deixando seus negócios para um seu parente, Alexandre Lavignasse Filho, que toca a firma até 1904, quando entra novamente em liquidação e é adquirida pela Livraria Francisco Alves.

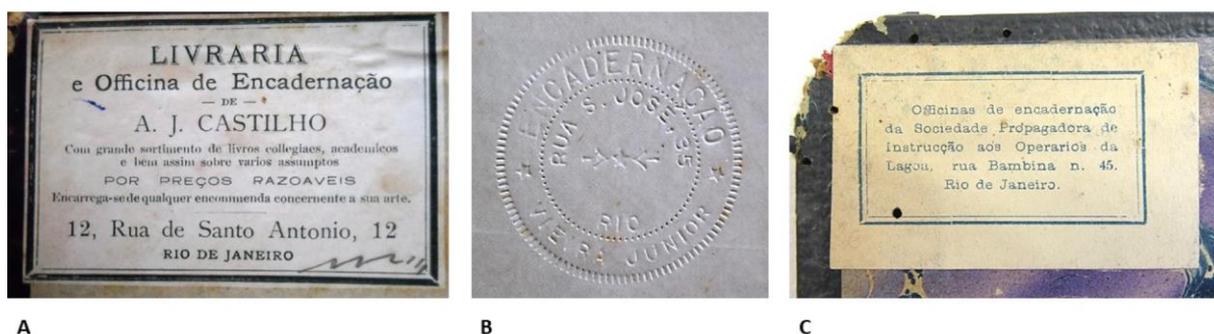
Fig. 7: Etiquetas de Lombaerts onde sempre figuram a encadernação e o encadernador. Por seu estilo e composição gráfica com o desenho do livro, suas etiquetas são das mais características do século XIX. Exemplares coletados na FCRB e BHCS.



Fonte: TARTAGLIA, 2009-2011 e 2016-2018.

Há ainda registros de marcas cujos donos dos negócios não tiveram a projeção que os profissionais biografados anteriormente. São personagens que produziram carimbos, impressões em relevo e as clássicas etiquetas e procuraram sinalizar com essas marcas o ofício da encadernação estava entre suas atividades ou era mesmo sua única atividade. Seguem três exemplos de outros profissionais que além de anunciarem entre os encadernadores no *Almanack*, também deixaram suas marcas em livros.

Fig. 8: Etiquetas de oficinas de encadernação. Exemplares coletados na FCRB e BHCS.



Fonte: TARTAGLIA, 2009-2011 e 2016-2018.

Segundo Machado (2012, p. 135), a Livraria Castilho (FIG. 8 – A) foi inaugurada como sebo em 1900, na Rua de Santo Antônio nº 12. Porém, Antônio Joaquim Castilho vem anunciando na seção de Encadernadores desde 1883 até 1897; seus endereços eram Rua São José (n^{os} 95 e 107) e Rua da Ajuda (n^{os} 8 e 37).

A Encadernação Vieira Júnior (Fig. 8 – B) começa anunciando, em 1886, como “Antônio Vieira & Gavião”, na Rua Gonçalves Dias nº 33. Em 1888, já como "Antônio Vieira Junior" segue anunciando de 1889 a 1895 e de 1897 a 1900, alternando mais dois endereços, Rua São José, 29 e Rua São Francisco Xavier, 74E. Na marca do encadernador, o endereço da São José aparece com outra numeração, nº 35, pois pode ter havido renumeração da rua.

A Sociedade Propagadora de Instrução (Fig. 8 – C) anuncia sua "Grande oficina de encadernação", localizada na Rua Comandante Tamborim¹¹ nº 45, de 1898 a 1900 – data limite deste estudo. Apesar da etiqueta apresentar o endereço da Rua Bambina, nome que a rua terá somente no século XX, consta nesse estudo, pois a Sociedade se originou no século XIX.

¹¹ Mudou de nome para Rua Bambina, pela primeira vez em 1917 até 1934. Definitivamente em 1937 permanecendo até os dias atuais. Disponível em: <https://curtabotafogo.com.br/bambina>. Acesso em: 1/6/2021.

Embora muitas das marcas de proveniência relacionadas a livrarias e tipografias nem sempre deixam claro que incluíam oficinas de encadernação, é possível identificar sua presença, unindo pedaços de informações, de biografias e de anúncios em periódicos da época.

Este estudo explorou apenas uma das fontes utilizadas pelos profissionais do século XIX para anunciarem seus serviços, o *Almanack Laemmert*. Muitos outros podem ser consultados para ajudar a identificar os oficiais da arte de encadernar os livros. Hoje, as raras etiquetas de encadernadores e oficinas de encadernação permitem o não apagamento dessa atividade, porém, o desafio maior é lançar luz às marcas que camuflam a atividade no rol dos serviços que ofereciam.

REFERÊNCIAS

- ALMANACK Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1844-1889. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Acesso em: 30 maio 2021.
- ALMANAK Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial. Rio de Janeiro: 1891 a 1940. Disponível: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 30 maio 2021.
- BERGER, Paulo. *A Tipografia no Rio de Janeiro: impressores bibliográficos, 1808-1900*. Rio de Janeiro: Cia. Industrial de Papel Pirahy, 1984.
- BERGER, Paulo. *Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro - I e II Regiões Administrativas (Centro)*. Rio de Janeiro: Olímpica, 1974.
- BESSONE, Tania Maria. Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos. *Escritos: Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 41-52, 2011.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubem Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro (1808 - 1822)*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- EL FAR, Alessandra. *O Livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Edusp, 2008.
- FEBVRE, Lucian; MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do livro*. 2. Ed. brasileira. São Paulo: Edusp, 2017.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio de Janeiro*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Souza, 1954.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

IPANEMA, Cibele de. A Tipografia, o livro, o jornal, a revista, a charge. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional: Guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001, p. 385-397.

MACHADO, Ubiratan Paulo. *A Etiqueta de livros no Brasil: subsídios para uma história das livrarias brasileiras*. São Paulo: EDUSP, 2003.

MACHADO, Ubiratan Paulo. *Pequeno guia histórico das livrarias brasileiras*. São Paulo: Ateliê, 2008.

MACHADO, Ubiratan Paulo. *História das livrarias cariocas*. São Paulo: EDUSP, 2012.

MORAES, Rubens Borba de. *O Bibliófilo aprendiz*. 3. ed. Brasília: Briquet de Lemos; Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. Ed. Fac-similar. São Paulo: IOE-SP, 1988.

SATUÉ, Enric. *Aldo Manuzio: editor, tipógrafo, livreiro*. São Paulo: Ateliê, 2004. (Coleção Artes do Livro n. 4)

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SENNA, Ernesto. *O Velho comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: G. Ermakoff Casa Ed., 2006.

TARTAGLIA, Ana Roberta de Souza. *As Encadernações da coleção de obras raras e especiais da Casa de Oswaldo Cruz: um estudo para sua preservação*. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz; Fiocruz, Rio de Janeiro, 2018.